

ARTIGO

PROBLEMAS DE QUALIDADE NA COBERTURA JORNALÍSTICA DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF:

uma análise de seis jornais brasileiros



ÉBIDA SANTOS

Universidade de Brasília, Brasília – Distrito Federal – Brasil
ORCID: 0000-0002-7588-5822

LIZIANE SOARES GUAZINA

Universidade de Brasília, Brasília – Distrito Federal – Brasil
ORCID: 0000-0002-4765-6918

DOI: 10.25200/BJR.v16n2.2020.1265

Recebido em: 13/12/2019

Desk Review em: 21/12/2019

Editor do Desk Review: Laura Storch

Revisado em: 05/03/2020

Revisado em: 30/04/2020

Aceito em: 19/05/2020

RESUMO – O presente artigo tem como objetivo discutir problemas de qualidade verificados no jornalismo político praticado por seis jornais brasileiros durante a cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Foram analisados três jornais nacionais de referência: *Folha de S. Paulo*; *O Globo*; e *Estado de S. Paulo* e três jornais regionais: *A Tarde*; *O Liberal* e *Zero Hora*. Para tanto, utilizamos a metodologia adaptada do Valor Agregado Periodístico — VAR, em um cruzamento de análises quantitativas e qualitativas. O estudo demonstra que os principais problemas de qualidade na cobertura ocorreram em aspectos relativos à influência das fontes na seleção do que é noticiado; à falta de diversidade temática; ao oficialismo das fontes; e à ausência de consequências temporais sobre o pós-*impeachment*.

Palavras-chave: Jornalismo. Qualidade. *Impeachment*. Política. Brasil.

**QUALITY PROBLEMS IN JOURNALISTIC COVERAGE
OF DILMA ROUSSEFF'S *IMPEACHMENT*:
an analysis of six Brazilian newspapers**

ABSTRACT – The article aims to discuss quality problems in political journalism practiced by six Brazilian newspapers during the coverage of Dilma Rousseff's impeachment process in 2016. Three national reference newspapers were analyzed: *Folha de S. Paulo*; *O Globo*; and *Estado de S. Paulo* and three regional newspapers: *A Tarde*; *O Liberal* and *Zero Hora*. For that, we use the methodology adapted from the Periodic Value Added – VAP, in a cross between quantitative and qualitative analysis. The study demonstrates that the main quality problems in coverage occurred in aspects related to the influence of sources in the selection of what is reported; the lack of thematic diversity; the officialism of the sources; and the absence of temporal consequences on post-impeachment.

Key words: Journalism. Quality. Impeachment. Politics. Brazil.

**PROBLEMAS DE CALIDAD EN LA COBERTURA PERIÓDICA
DE LA DESTITUCIÓN DE DILMA ROUSSEFF:
un análisis de seis periódicos brasileños**

RESUMEN – El artículo tiene como objetivo discutir problemas de calidad en el periodismo político practicado por seis periódicos brasileños durante la cobertura del proceso de destitución de Dilma Rousseff en 2016. Se analizaron tres periódicos nacionales de referencia: *Folha de S. Paulo*; *O Globo*; y *Estado de S. Paulo* y tres periódicos regionales: *A Tarde*; *O Liberal* y *Zero Hora*. Para eso, utilizamos la metodología adaptada del Valor agregado periódico – VAP, en un cruce entre análisis cuantitativo y cualitativo. El estudio muestra que los principales problemas de calidad en la cobertura ocurrieron en aspectos relacionados con la influencia de las fuentes en la selección de lo que se informa; la falta de diversidad temática; el oficialismo de las fuentes; y la ausencia de consecuencias temporales en el post-juicio político.

Palabras clave: Periodismo. Calidad. *Impeachment*. Política. Brasil.

1 Introdução

O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 se desdobrou em inúmeras mudanças políticas e sociais relevantes no Brasil. Desde então, o país mergulhou em crises políticas sem precedentes, além de alterações significativas no jogo de forças políticas, com a emergência de novos atores vinculados ao espectro ideológico religioso e conservador que se traduziu em uma virada à extrema-direita após as eleições de 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro para a Presidência da República (Chagas-Bastos, 2019).

Vários analistas já apontaram que o momento do *impeachment* significou uma ruptura à ordem política então vigente ao se constituir

como um golpe parlamentar com apoio das principais organizações de mídia brasileiras (Santos & Guarnieri, 2016; Albuquerque, 2017; Van Dijk, 2017; Santos, 2017). Quatro anos depois, a aliança entre novos e velhos atores políticos que levou à queda de Rousseff e a retirada antecipada do poder do Partido dos Trabalhadores tem se deteriorado em disputas internas entre grupos de direita alinhados a diferentes interesses, o que aumenta ainda mais a tensão político-econômica no país.

Analisar a cobertura jornalística do *impeachment*, portanto, é também contribuir para a compreensão do atual momento político e do papel desempenhado pela mídia *mainstream* nesse período histórico. Inúmeros autores identificaram características da cobertura jornalística daquele momento, como a misoginia presente nas imagens de Dilma Rousseff publicadas em capas de jornais e revistas (Fausto Neto, 2019), o enquadramento antipolítico que tratou um dos episódios mais significativos da política brasileira recente como fato ordinário (Rizzotto et al., 2017, 2018), e o alinhamento editorial dos jornais de referência nacionais ao impedimento (Marques et al., 2018; Guazina et al., 2018).

Como é de conhecimento público, em 17 de abril de 2016, o pedido de abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foi votado na Câmara dos Deputados, recebendo amplo apoio dos parlamentares (367 votos favoráveis; 137 votos contrários; sete abstenções e duas ausências). O processo foi então encaminhado ao Senado no dia seguinte, e já em 12 de maio do mesmo ano, uma nova votação, desta vez no Senado Federal, decidiu pelo afastamento de Rousseff da Presidência, colocando provisoriamente em seu lugar o até então vice-presidente, Michel Temer. Durante os três meses em que esteve no poder, Temer adotou políticas e propostas diferentes daquelas que elegeram sua chapa.

Em 30 de agosto de 2016 ocorreu o julgamento final no Senado Federal, onde Rousseff fez sua defesa e respondeu a questionamentos dos Senadores durante mais de 14 horas. No dia seguinte, 31 de agosto, a primeira mulher eleita e reeleita presidente do Brasil foi removida da cadeira presidencial sob a justificativa oficial de ter cometido crime de responsabilidade fiscal. Mas não perdeu seus direitos políticos por isso.

Todo esse percurso de realinhamento político não somente foi acompanhado de perto pela mídia brasileira como esta esteve no centro das articulações de grupos políticos que promoveram

as mudanças. Em que medida seria possível, nesse contexto, uma produção jornalística de qualidade?

Neste artigo, propomos discutir quatro elementos centrais ao tema da qualidade jornalística e que, como mostraremos mais adiante, traduziram-se em problemas durante a cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff: a) a influência das fontes sobre o que é noticiado; b) a falta de diversidade temática; c) o oficialismo e o anonimato das fontes; e d) a ausência de consequências temporais comprováveis sobre o pós-*impeachment*.

Para a observação, tomamos como objeto de estudo as editorias de política de jornais impressos. *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* foram selecionados por serem os principais impressos do país, além de figurarem entre os mais lidos pelos parlamentares¹. Para trazer uma perspectiva regional, incluímos: *A Tarde*, *O Liberal* e *Zero Hora*, jornais das regiões² Norte, Nordeste e Sul.

Com a articulação do processo em três grandes fases, consideramos oportuno acompanhar a cobertura de acordo com elas. Para a composição da amostra, foram escolhidos os sete dias anteriores a cada etapa, por permitirem observar a constância da narrativa. Além disso, como as etapas de votação tiveram um grande distanciamento, era possível que materiais especiais estivessem reservados para esses períodos mais críticos do processo, o que poderia ser interessante para a pesquisa. Assim, tivemos notícias de 11 a 17 de abril; 6 a 12 de maio; e 25 a 31 de agosto, de 2016.

Selecionamos textos relacionados ao *impeachment* que estiveram na capa dos jornais como manchete principal. Quando ausente, foram consideradas: manchete secundária, chamada de capa ou, quando não esteve na capa, utilizamos a primeira notícia dentro da editoria de política. A seleção ignorou os textos meramente opinativos.

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram o processo de *impeachment* todos os dias nos períodos selecionados, compondo 21 notícias cada. No caso dos jornais *O Globo* e *O Liberal*, foram analisadas 20 notícias cada. O *Zero Hora* publica edições conjuntas de final de semana, sendo a mesma edição para sábado e domingo nos dias 17 de abril, 8 de maio e 28 de agosto de 2016, totalizando 18 edições a serem analisadas. O *corpus* final é composto de 121 notícias.

2 A qualidade no jornalismo: como podemos defini-la?

Os estudos sobre qualidade no jornalismo assim como sua compreensão sofrem influências culturais, sociais e temporais. São muitas as possibilidades de se abordar este tema e defini-lo de forma objetiva e sistematizada. Além disso, são ainda poucos os modelos metodológicos consolidados na bibliografia para avaliação quantitativa da qualidade da produção jornalística (Guerra, 2010).

Apesar da ampliação dos estudos em anos recentes, a qualidade no jornalismo ainda é um desafio à literatura do campo da comunicação. A busca por uma definição sobre o que é qualidade no jornalismo tem se caracterizado especialmente pelas pesquisas acadêmicas empíricas nas quais se enumeram categorias e características do que se pode chamar de “bom jornalismo”, “jornalismo de qualidade” e até “jornais de referência”.

Em perspectiva histórica, as caracterizações sobre a qualidade no jornalismo passaram, por exemplo, por definições dualistas, como jornal “de qualidade” e “de prestígio” (Merrill, 1968) até por listas de critérios como os definidos por Bogart (1977), a partir de estudo sobre a percepção do público leitor. Entre os critérios de qualidade editorial elencados pelo autor estão a precisão, a imparcialidade, a investigação e pessoal especializado. Prêmios jornalísticos (Shapiro et al., 2006), a socialização de normas e códigos de conduta (Vehko, 2010) e as percepções individuais sobre qualidade (Lacy & Rosenstiel, 2015), além da influência dos concorrentes (Picard, 2004) também são aspectos que já foram estudados como indicadores possíveis.

Gómez-Mompart et al. (2013) observam que a qualidade no jornalismo pode ser compreendida de modo muito amplo. Os autores apontam que o tema da qualidade envolve não somente aspectos específicos relacionados ao produto jornalístico ou à atuação dos jornalistas em um contexto democrático, mas ao próprio processo de produção. Sendo assim, podem ser analisados desde os conteúdos, como também o papel das fontes, das agências de notícias, dos jornalistas, da estrutura econômica dos meios e da participação dos cidadãos em ambientes digitais de informação.

Pode-se afirmar, portanto, que as definições de qualidade abrangem um amplo espectro teórico-metodológico que se desdobra nas buscas por indicadores focados em diferentes atores e fases do processo produtivo jornalístico. Os estudos sobre o tema buscam, inclusive, abarcar elementos externos, como credibilidade e prestígio junto à audiência.

Dentre os aspectos mais estudados, está a gestão das fontes de informação. Em estudo focado na relação entre as fontes e a qualidade jornalística no jornalismo espanhol, por exemplo, Ripollés e Rabadán (2013), mostram como a sobre-representação de fontes institucionais, característica corrente no jornalismo político, compromete o pluralismo das coberturas e a capacidade potencialmente democratizadora do jornalismo naquele país.

A pesquisa analisou a cobertura jornalística de dois jornais de posições políticas divergentes (*ABC* e *El País*) em um período compreendido entre 1980 e 2010. Para os autores, ao se observar as fontes de informação utilizadas nas coberturas, é possível identificar indicadores de qualidade internos ao processo jornalístico (tais como status profissional, transparência e verificação) e indicadores externos (como, por exemplo, credibilidade, pluralismo e participação dos cidadãos na produção dos conteúdos). A origem das fontes de informação, portanto, é um aspecto relevante para se analisar a qualidade do jornalismo e elemento fundamental do ponto de vista da metodologia que adotamos.

Além disso, Gómez-Mompart et al. (2015) chamam a atenção para as diferenças de abordagem em cada contexto social e acadêmico. Se nos Estados Unidos a questão da qualidade está relacionada a uma orientação comercial das empresas de mídia em busca de ganhos econômicos, na Alemanha, a temática se desenvolveu em torno da questão do profissionalismo. Já nos países latino-americanos e na Espanha, dizem os autores, as pesquisas têm centrado mais atenção à responsabilidade social e à qualidade democrática.

No Brasil, o pesquisador Josenildo Guerra (2010) desenvolveu o Q-Avalia, uma ferramenta que visa avaliar a qualidade jornalística de uma perspectiva organizacional, levando em consideração os manuais de redação, as inovações tecnológicas, a organização das empresas de mídia e os sistemas de responsabilização da mídia. Para Guerra, também existem dificuldades de conciliação teórica e prática das diversas perspectivas de qualidade.

Independentemente dos métodos e abordagens escolhidos, os estudiosos estrangeiros e brasileiros convergem para a multidimensionalidade da qualidade jornalística enquanto conceito e prática. Diante das diferentes perspectivas e caminhos teórico-metodológico trilhados, para este artigo destacamos a proposta metodológica chamada de Valor Agregado Periodístico (*VAP*), cuja proposta é permitir, a quem utilizá-la, verificar qual é o conteúdo

agregado pelo jornalismo às informações que o público poderia conseguir autonomamente (Pellegrini & Mujica, 2006; Pellegrini et al., 2011). O VAP baseia-se, inicialmente, na seleção de padrões que aparecem em qualquer veículo, mesmo que tenham diferentes estilos normativos.

Os estudos teóricos para seu desenvolvimento foram iniciados na década de 1990, por meio da seleção de padrões do exercício do jornalismo compartilhados pela academia, pelos profissionais e pelo público. Nota-se aqui um vínculo com aspectos teóricos explorados nos demais estudos citados, especialmente nos estudos pioneiros sobre qualidade. No caso do VAP, os padrões poderiam ocorrer independente de linha editorial, missão ou objetivos do meio ou veículo de comunicação.

A última etapa foi marcada pela captura das percepções dos profissionais e do público, por meio de estudos com grupos focais, realizados em 2003. Dessa etapa resultaram três critérios compartilhados pelos grupos focais e considerados centrais ao chamado “bom jornalismo”: peso informativo ou relevância; clareza no estilo; e proximidade geográfica e emocional da informação. Os jornalistas consideraram a relevância como o mais importante, enquanto para o público a proximidade se destacou.

O VAP indica ainda que a obtenção das informações deve considerar dois procedimentos centrais: a seleção profissional dos fatos e das fontes, com base em preceitos teórico-técnicos, certificando que o fato ocorreu (chamada de função notarial); e a hierarquização e interligação dos conteúdos para que possam ser compreendidos da forma correta pelo público (chamada de atribuição de sentido) (Pellegrini & Mujica, 2006).

A metodologia se internacionalizou pela dinamicidade de atender aspectos acadêmico-teóricos e também de gestão jornalística (Pellegrini & Mujica, 2006), tendo seus primeiros estudos concentrados em jornais de países latino-americanos como México e Peru. O VAP abarca critérios considerados como universalmente compartilhado pelo jornalismo, levando em conta que existem contextos sócio-políticos, sistemas de comunicação e enquadramentos diferentes em cada região. Gordillo et al. (2013), por exemplo, aplicaram a metodologia no contexto do jornalismo espanhol, avançando na discussão entre as fontes e a confiança na qualidade da informação produzida.

Nesta pesquisa, partimos do conceito de jornalismo de qualidade proposto por Santos (2019).

Jornalismo de qualidade é aquele que, em contextos democráticos, oferece ao seu público informações diversificadas com ampla oferta de pontos de vista e fontes credíveis externas ao círculo político oficial, sendo capaz de fornecer explicações e dados comprováveis sobre como as decisões políticas são tomadas e quais seus impactos, de forma a capacitar o cidadão para compreender o cenário noticiado e se posicionar diante dele. (Santos, 2019, p.176).

Ao analisar o jornalismo realizado na cobertura do *impeachment*, levamos em consideração os aspectos teóricos que apontam o papel social da profissão e, por isso, a relevante relação entre jornalismo e democracia — mais especificamente, entre informação e liberdade. Entretanto, cabe lembrar que os contextos políticos e sociais atuais têm influenciado, inclusive, as percepções das pessoas sobre o jornalismo *mainstream*, especialmente em relação à cobertura política. O jornalismo já não detém o mesmo poder que lhe era atribuído no século XX. No caso brasileiro, por exemplo, desde a campanha eleitoral para Presidência em 2018, a desinformação tem sido um dos temas mais discutidos no espaço público, interferindo, no modo como as próprias empresas jornalísticas se posicionam no debate. Neste sentido, a bibliografia recente tem apontado para as múltiplas variáveis que impactam nos processos de desinformação e como até mesmo a definição conceitual tem servido para tornar a discussão ainda mais complexa³.

Do ponto de vista de quem estuda a qualidade no jornalismo político, a desinformação pode desdobrar-se em falhas com sérias consequências de efeito político. Como observa Alves (2019) ao discutir a ocorrência de *fake news*, a instrumentalização de critérios de noticiabilidade por grupos políticos e o efeito cascata gerado pelas coberturas noticiosas podem massificar apurações de baixa qualidade e privilegiar enquadramentos. Jornalistas podem, por exemplo, amplificar informações falsas surgidas nas mídias sociais ou publicadas diretamente pelas fontes (p.140).

No entanto, apesar de reconhecermos a importância do debate sobre desinformação no contexto atual, não temos por objetivo, neste artigo, explorar de forma aprofundada a relação entre este tema e a qualidade do jornalismo. Nosso foco está direcionado para a aplicação e discussão de uma metodologia específica de mensuração de critérios de qualidade. Esperamos que, assim, os resultados de nossas análises possam servir de ponto de partida para estudos sobre as possíveis conexões com práticas de desinformação no jornalismo e seus impactos no ambiente político.

Outro aspecto importante que devemos compreender ao se discutir a qualidade do jornalismo político tradicional é o deslocamento do lugar deste jornalismo no cenário político e no debate sobre os principais temas da agenda pública. Importante lembrar, por exemplo, que a dinâmica de negociação de visibilidade, produção e consumo de informação se alterou na contemporaneidade a partir do impacto do ambiente digital e dos algoritmos. Ademais, a ação direta de grupos e atores políticos tem tensionado diretamente a agenda de temas e os enquadramentos das notícias, em um ciclo que levou a mudanças significativas na escolha do que é publicado, e no que Alves e Albuquerque (2019) chamaram de perda da hegemonia da imprensa na disputa por visibilidade. Os processos de desintermediação em sistemas de mídia híbridos, como apontam Mazzoleni e Bracciale (2018), carregam profundas transformações no modo como circulam as informações políticas. Essas tensões decorrentes da complexificação do ambiente informacional estão subjacentes ao próprio processo produtivo jornalístico.

No entanto, é preciso também considerar, nesse contexto, que o jornalismo é uma prática que se transforma e se adapta aos desafios que lhe impõe as transformações tecnológicas, sociais, intelectuais, ou de outra monta. E as estratégias de adaptação têm efeitos diversos; nem sempre resultam em notícias mais plurais ou isentas. Ao mesmo tempo em que o jornalismo político pode interagir com o poder político de uma forma adversária, como um *watchdog*, em outras circunstâncias, pode ser também o *lapdog*, atuando em colaboração com as elites políticas ou em alinhamentos temporários a grupos partidários em troca de possíveis favores comerciais futuros (Mazzoleni, 1998).

Neste complexo jogo de interesses que molda a prática jornalística sobre política, a qualidade pode ser entendida como uma questão profissional, uma questão de gestão do negócio jornalístico, mas pode também ser observada de uma perspectiva historicamente situada, a partir do *background* sociocultural, das estruturas de poder, da estrutura de funcionamento de mídia, e do produto em si (as notícias).

Neste artigo, vamos discutir os problemas de qualidade encontrados na cobertura sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff a partir da observação empírica dos jornais escolhidos para estudo. Consideramos que nossa principal contribuição é possibilitar, pela via da verificação fundamentada na metodologia VAP (Pellegrini et

al., 2011), uma análise da qualidade do produto jornalístico que trata de temática política em um momento histórico de crise. Dessa maneira, podemos indicar modos possíveis de aperfeiçoamento de práticas profissionais jornalísticas nas coberturas políticas.

3 Papel social: da qualidade da informação à democracia

Os estudos sobre qualidade jornalística, de maneira geral, partem de uma perspectiva liberal sobre o papel do jornalismo nas democracias. Na condição de prática social, o jornalismo é geralmente definido como um dos principais responsáveis por levar aos cidadãos informações relevantes que possibilitem julgamentos informados e a participação no funcionamento do estado democrático. Mais do que “levar” a informação disponível ao leitor, no entanto, é tradicionalmente considerado papel da imprensa na abordagem liberal identificar as informações relevantes para o debate público (Barnet & Gaber, 2001). Ainda sob este ponto de vista, está entre suas incumbências vigiar os governos e ser capaz de “inibir abuso do poder político” (p.1).

Barnet e Gaber propõem compreender as notícias não apenas como uma coleção aleatória de informações, mas como um processo afetado por influências fluidas. Um dos aspectos dessa fluidez, no atual contexto de circulação de informação, é o acesso direto dos políticos ao público, quando “o conteúdo político pode ser transmitido diretamente para grandes audiências frequentemente sem passar pelas organizações noticiosas” (Bennett, 2012, p.2).

Cenários como esse, chamados por vários autores de desintermediação, contribuíram para popularizar os debates políticos nas redes digitais, mas também podem falsear polêmicas e minar reputações, ameaçando, ironicamente, valores importantes nas sociedades democráticas.

Se as liberdades de expressão, de informação e de imprensa são ainda consideradas basilares para os estados democráticos, como define a tradição liberal, como estes direitos são acionados no dia-a-dia da produção jornalística? A liberdade de expressão implica o direito de expressão dos cidadãos, sem nenhum tipo de censura, enquanto a de imprensa garante liberdade e segurança para que a mídia informe seu público. Um ponto de encontro entre as liberdades de expressão e de imprensa ocorre, por exemplo, quando

o jornalismo se posiciona também como espaço de visibilização dos interesses dos cidadãos. Entretanto, Kucinski e Lima (2009) e muitos outros autores apontam que a liberdade de imprensa serve como escudo contra eventuais críticas às empresas.

De um lado, como Lattman-Weltman (2003), a mídia assume, muitas vezes, um papel de fiscalização e de zelo pela legitimidade do governo. E reivindica para si o poder de defender os interesses dos cidadãos ao fiscalizar ações de governo e propor agendas públicas (Soares, 2006). O autor apresenta a mídia como a instituição mais decisiva para a qualidade do exercício da cidadania — aspecto fundamental sob a ótica de um Brasil redemocratizado. Segundo ele, a mídia atua sobre as estratégias das disputas eleitorais, impondo coordenadas e linguagens específicas; fornecendo elementos simbólicos e cognitivos decisivos para a escolha do eleitor; e forjando consensos sobre as pautas políticas e institucionais. Dessa forma, acabaria definindo “de um modo ou de outro, a agenda pública, dos seus termos mais gerais a alguns dos mais específicos. Defende o consumidor, julga a justiça, denuncia a corrupção, expõe a fraude” (Lattman-Weltman, 2003, p.131).

McNair (2009) defende que, como legado decorrente de uma era em que o jornalismo tentava evitar os abusos que caracterizaram certos períodos históricos, os jornalistas nas democracias seriam encarregados profissionalmente de monitorar o exercício do poder. Como aponta Santos (2019, p. 40) o papel da mídia envolveria buscar respostas para perguntas como: “os governos são competentes, eficientes e honestos? Estão cumprindo suas responsabilidades com o povo que os elegeu? Suas políticas e programas são baseados em julgamentos e informações sadias e projetados tendo em mente os interesses da sociedade como um todo?”

É assim que, segundo McNair (2009), “o jornalismo político supervisiona os governantes, em nosso nome e com nossa permissão” (p. 239 – tradução livre). E, com essa autorização implícita o jornalismo se posiciona como um mediador entre políticos e cidadãos, permitindo aos cidadãos ter sua voz ouvida.

De outro lado, o contexto hoje, como dissemos, é outro. Os múltiplos deslocamentos decorrentes de desintermediação, desinformação e polarizações políticas levaram muitos autores a repensar o lugar do jornalismo político na construção da agenda pública e o próprio lugar do jornalismo como mediador. Além disso, as redes sociais digitais alteram as formas de produção e as práticas jornalísticas (Massuchin et al., 2019).

Ademais, o contexto de acesso aos direitos à liberdade de expressão e imprensa não parece assegurado em países com democracias governadas por populistas de extrema direita como a do Brasil, inclusive para os jornalistas em exercício profissional⁴.

Há de se considerar, ainda, que o jornalismo também é parte integrante do campo político e, como tal, pode ser capaz de incorporar diferentes vozes, advindas inclusive das redes sociais digitais, que constituem e transformam a cena pública. Independentemente de alinhamentos editoriais já mencionados pela literatura em relação ao *impeachment* de Dilma Rousseff, é importante reconhecer que, no âmbito das práticas jornalísticas, os espaços de controvérsias, negociações e disputas podem se manifestar cotidianamente (Negrine & Stanyer, 2007; Kuhn & Nielsen, 2014).

Assim, ainda cabe-nos investigar elementos que são considerados importantes para uma prática jornalística de qualidade, conforme aponta a literatura específica da área (Guerra, 2010; Pellegrini et al., 2011). Qual a origem das informações contidas nas notícias sobre o *impeachment*? Qual a diversidade temática das notícias relativas ao processo? Os jornais analisados ofereceram contextualizações e informações suficientes para que os leitores pudessem avaliar as consequências do *impeachment* de 2016? Estas são as questões que discutiremos neste artigo a partir da aplicação do VAP.

Entendemos que a aplicação adaptada de parâmetros utilizados em pesquisas internacionais pode contribuir para a comparação de fenômenos similares em realidades diferentes e, ainda, para a consolidação de um modelo aplicável de análise de qualidade no jornalismo. Como afirma Guerra (2010), no Brasil, a incorporação de metodologias voltadas à medição e à atribuição de critérios objetivos de aferição de qualidade ainda não gerou ferramentas públicas para se avaliar o processo produtivo jornalístico (p.3). A construção de modelos de avaliação da qualidade pode se tornar um caminho útil para maior diálogo e transparência entre todas as peças da cadeia produtiva jornalística e, principalmente, pode constituir-se elemento de avaliação dos cidadãos consumidores de notícias políticas ao estabelecer critérios mínimos de pluralidade e diversidade.

4 Uma metodologia para a qualidade

O método Valor Agregado Periodístico (VAP) permite recolher dados quantitativos e, a partir desses dados, possibilita a análise qualitativa, com o cruzamento e a interpretação das frequências encontradas e variáveis que venham a ser identificadas.

Para a análise do *corpus* foi utilizada a metodologia VAP em sua forma adaptada da proposta de Pellegrini et al. (2011). No trabalho pioneiro, os autores investigam, de forma comparativa, a qualidade do jornalismo de seis jornais (*Clarín* e *La Nación*, na Argentina; *El Tiempo* e *El Colombiano*, na Colômbia; e *El Mercurio* e *La Tercera*, no Chile).

Neste artigo, o VAP será nominado como VAP-A, uma abreviação para Valor Agregado Periodístico Adaptado, porque fazemos um recorte de categorias e subcategorias, procedendo aplicação e cruzamentos que não ocorrem na metodologia original. As 33 subcategorias originais estão englobadas em sete grandes categorias: dados de identificação; seletividade, equidade, acesso, estilo, conteúdo e ênfase. Neste artigo trabalhamos com quatro das sete grandes categorias, descritas a seguir.

Seletividade: subcategoria da origem da informação, onde a origem da informação é observada a partir de quatro perspectivas:

- Indefinida — não se pode precisar de quem foi a iniciativa;
- Reprodução — o conteúdo é processado por outro meio, como agências, grandes jornais, recortes de documentos oficiais ou transcrição de comunicados à imprensa;
- Iniciativa da fonte — temas que têm origem fora do meio que o publica, tais como: conferências, declarações públicas, espetáculos, acidentes, desastres etc.;
- Iniciativa do meio — a investigação é própria do meio, com perspectiva exclusiva.

Equidade: subcategoria diversidade temática ou de pauta. Como temos um recorte específico sobre política, optamos por selecionar os eixos inclusos no tema “Estado e política”, a citar: Governo (entidade); Congresso/partidos; Política exterior; Justiça/policia; Militar/defesa; Governo e suas atividades.

Acesso: uso e diversidade de fontes, medida a partir das explicitações na notícia. Elenca quatro tipos de fontes: documentais, outros meios, indefinidas e pessoais. As fontes pessoais subdividem-

se em: governamental, oficial pública, oficial privada, especialista, testemunhal e não identificada, existindo nas versões protagonista, antagonista e neutra.

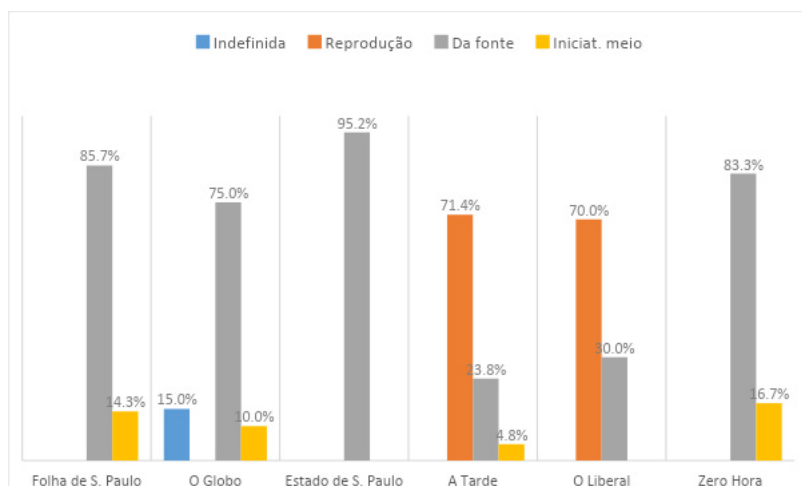
Conteúdo: subcategorias antecedentes e consequência. Verificam a presença de antecedentes e consequências comprováveis presentes no texto. Dados comprováveis compreendem todas as informações que são potencialmente verificáveis pelo público. Por exemplo, quando uma pessoa faz uma declaração, assume-se ela existiu e pode ser comprovada. São contadas a partir de verbos presentes no texto e que indicam ações ratificáveis. O número de dados comprováveis no texto serve para determinar o grau de profundidade das informações. Para isso, calcula-se o total de dados comprováveis presentes por notícia e estima-se a sua média em relação ao total de notícias avaliadas. Considera-se que, exceto em notícias muito breves, as informações que contenham menor quantidade de dados comprováveis tenderiam a relegar espaço a frases especulativas por parte do jornalista e, desse modo, a uma maior superficialidade.

Escolhemos essas categorias porque permitem visualizar um ciclo completo da notícia e a partir delas é possível descrever o resultado do trabalho jornalístico, que é considerado o principal valor do método segundo Puente et al. (2004), em vez de fixar regras ou entregar receitas. Assim, podemos evidenciar e discutir problemas em relação a uma cobertura jornalística de temática específica.

5 Os quatro problemas da cobertura jornalística do *impeachment*

Nossa categoria inicial investiga a origem da informação, considerando a causa da notícia, isto é, de onde são extraídas as informações. No Gráfico 1, a seguir, mostramos os índices de origem da informação para cada jornal. Pode-se perceber que, mesmo nos jornais mais antigos, o índice de conteúdo originado pela iniciativa do próprio jornal, em amarelo, é baixo. Como iniciativa das empresas, cabe lembrar, são consideradas as investigações próprias ou seleção de temas próprios que não partam exclusivamente dos acontecimentos em andamento ou dos envolvidos nele.

Gráfico 1 – Origem da informação



Fonte: autoras, 2019.

No Gráfico 1 também podemos observar que o jornal *Zero Hora* registrou o maior percentual desse tipo de conteúdo, com 16,7% de seus textos adotando perspectivas diferenciadas das pautadas pelo Congresso; seguido do *O Globo*, com 10%, *Folha* com 14,3% e de *A Tarde*, com 4,8%. *O Estado de S. Paulo* e *O Liberal* não tiveram textos oriundos de iniciativa dos próprios jornais. Além disso, todos os textos de *O Estado de S. Paulo* tiveram origem na fonte. Tais dados permitem afirmar que todos os textos analisados de *O Estado de S. Paulo* foram pautados pelo Congresso e pelo curso do próprio processo político.

No caso dos jornais de alcance nacional, a maioria das pautas foi originada pela iniciativa da fonte, ou seja, pautadas de fora da mídia, por eventos como reuniões, declarações públicas e sessões do Congresso. Essa dependência da iniciativa das fontes, similar em todos os jornais, reflete um tipo de cultura ou rotina estabelecida em relação ao *newsmaking* do jornalismo político realizado na cobertura do processo de *impeachment*. Também denota o protagonismo dado e assumido pelas fontes para pautar as notícias estampadas nos jornais.

As notícias originárias de material processado por outros meios, sejam jornais, agências noticiosas ou comunicados de imprensa, foram a base dos textos publicados por *O Liberal* e *A Tarde*. A maior parte do conteúdo teve origem nas agências informativas do *O Globo* e do *Estado de S. Paulo*. A realidade desses

jornais de menor porte evidencia a relação entre a propriedade de mídia e a disseminação de conteúdo com limitação de perspectivas de fontes. Também demonstram um dos impactos do sucateamento dos investimentos das redações, com a preferência por comprar um conteúdo pronto, provavelmente mais barato do que manter um profissional cobrindo o Congresso em Brasília, por exemplo. Nesse caminho, o jornalismo do interior do país revive uma espécie de copidesque.

Quanto à temática, a maioria dos textos pauta a discussão do *impeachment* pelo eixo do Congresso e dos partidos, como demonstra a gradação esverdeada na Tabela 3 a seguir.

Tabela 1 – Eixo temático estratificado por jornal

Eixo temático	Folha de S. Paulo	A Tarde	O Globo	Estado de S. Paulo	O Liberal	Zero Hora
Governo	38,1%	23,8%	30,0%	38,1%	20,0%	27,8%
Congresso/partidos	52,4%	71,4%	65,0%	57,1%	65,0%	72,2%
Política exterior	4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Justiça/polícia	4,8%	4,8%	5,0%	0,0%	15,0%	0,0%
Militar/defesa	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Governo e suas atividades	0,0%	0,0%	0,0%	4,8%	0,0%	0,0%

Fonte: autoras, 2019.

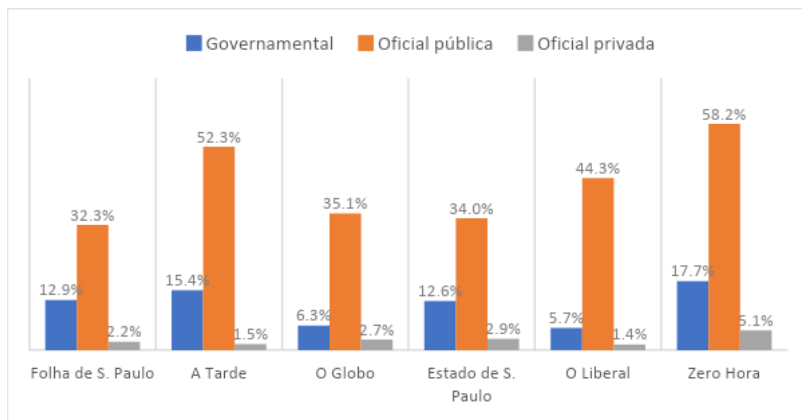
O jornal com maior destaque para esse eixo foi o *A Tarde*, com 71,4% das notícias adotando o Congresso/partidos como central. Em seguida o *Zero Hora* registrou 72,2% das notícias com essa perspectiva. A saliência do Congresso e dos partidos é um comportamento até certo ponto esperado, tendo em vista que todo o processo ocorreu nas duas Casas Legislativas. O segundo posto foi ocupado pela perspectiva temática de “governo”, também em todos os jornais. *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* empataram com 38,1% das notícias com foco no governo, registrando o maior índice nesse eixo temático.

Com base nos dois eixos predominantes pode-se perceber a alternância entre a acusada, Dilma Rousseff, e os acusadores, inicialmente a Câmara dos Deputados e, posteriormente, o Senado. O diferencial ficou por conta do jornal *O Liberal*, que teve 15% das notícias pautando o tema pelo eixo de Justiça/polícia. Isso pode estar relacionado ao fato de editarem notícias de diversas agências.

Os dados reforçam ainda uma padronização na forma de cobertura adotada e uma baixa diversificação na exploração de temas correlatos ao processo de deposição e que poderiam ser explorados a partir das outras perspectivas englobadas nos dos demais eixos, a exemplo de como serviços públicos básicos poderiam ser alterados por uma mudança de governo.

Dentro da seara das fontes, explora-se a seguir o uso das fontes pessoais. Elas podem ser oficiais públicas, que informam em função do cargo público que ocupam; ou oficiais privadas, que respondem por seus cargos privados; e governamentais, que integram o poder Executivo. Quanto a suas presenças nas notícias sobre o *impeachment* temos o seguinte cenário no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Uso de fontes governamentais, oficiais públicas e oficiais privadas



Fonte: autoras, 2019.

Como mostra o Gráfico 2, as fontes oficiais públicas predominaram em todos os jornais. O índice mais alto foi registrado pelo *Zero Hora*, com 58,2% das suas fontes integrando essa categoria, seguido pelo *A Tarde*, com 52,3%. O mesmo índice também se assemelhou entre os três jornais de alcance nacional. *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* utilizaram, respectivamente, 32,3%, 35,1% e 34% de fontes oficiais públicas em seus textos. Em segundo lugar estão as fontes oficiais governamentais, nas quais nota-se um índice novamente similar entre os jornais nacionais *Folha* e *Estado* e o regional *Zero Hora*. E um índice mais baixo no jornal regional *O Liberal*, com 5,7%.

Também sobressai a variação alta entre fontes oficiais públicas e governamentais. Os dados sugerem, em um primeiro momento, que a diferença se deve ao protagonismo assumido pelo Congresso, e seus deputados e senadores, em relação ao processo de *impeachment*. Nesse caso as notícias parecem confirmar-se como um fluxo de cima para baixo, como disse McQuail (2012), em que os jornais divulgam para o público o que as fontes oficiais decidem dizer. O agravante dessa situação é a falta de questionamento sobre o que é dito oficialmente. A aceitação passiva de declarações de fontes oficiais evidencia-se nas notícias, com declarações repassadas ao público sem que haja argumentação, refutação ou contraposição de ideias. A fórmula normativa de avaliação da produção jornalística indica a ideia de que se há uma fonte a favor e outra contra, ainda que suas falas não dialoguem, a notícia estaria equilibrada. No entanto, este é um dos elementos a serem verificados em termos de qualidade não normativa, uma vez que nem sempre a contraposição de declarações vai corresponder a um equilíbrio de pontos de vista.

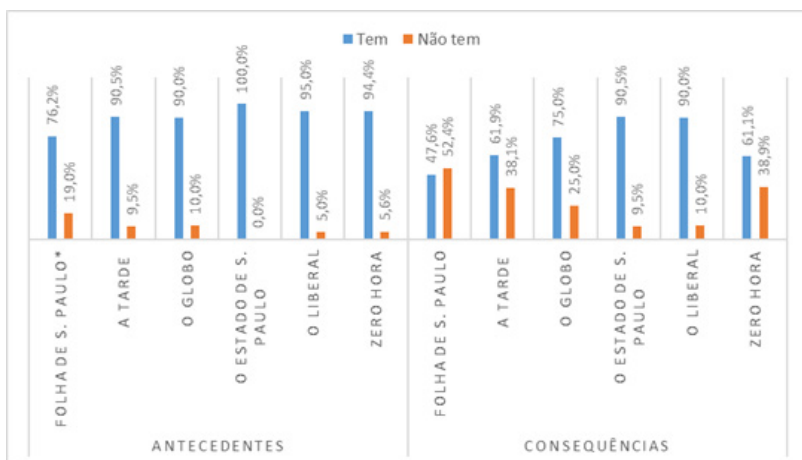
As fontes oficiais privadas aparecem discretamente em todos os jornais, variando de 1,4%, registrado pelo *O Liberal*, a 5,1%, registrado pelo *Zero Hora*. Os jornais de referência mantiveram índices parecidos, variando de 2% a 5%. Estas fontes eram principalmente cientistas políticos e juristas, a exemplo da fala do cientista político David Fleischer no *O Estado de S. Paulo*, em que diz: “ninguém vai eliminar esses programas, até mesmo o Congresso aprovou a continuação do Mais Médicos”, quando em 28 de agosto, véspera do afastamento definitivo da presidente, discutia-se sobre a manutenção de programas sociais pelo governo de Michel Temer. Entre os juristas que apareceram como fonte privada estiveram Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, responsáveis pela peça de acusação contra Dilma Rousseff.

Dentre essas subdivisões das fontes não pode ser ignorada a ausência de manifestação, por parte de cidadãos que não ocupam cargos oficiais, seja emitindo suas opiniões, expressando suas angústias, ou mesmo fazendo questionamentos. O recurso “fala povo”, por exemplo, ainda utilizado em alguns telejornais, faz-se ausente do noticiário político praticado na cobertura do *impeachment* pelos impressos analisados.

Já a presença de antecedentes e consequências no texto auxiliam na compreensão da profundidade com a qual foi tratada a pauta do *impeachment*. O Gráfico 3 mostra comparativamente quando os jornais apresentaram antecedentes e consequências em

seus textos. Esses dados indicam se há a presença de elementos que constituíram a história e apontaram consequências.

Gráfico 3 – Presença de antecedentes e consequências nos textos noticiosos



Fonte: autoras, 2019.

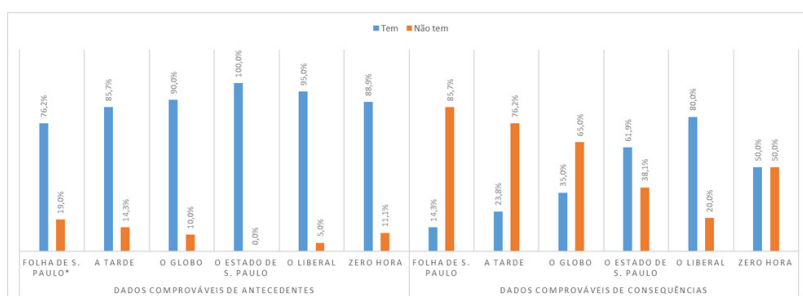
* A *Folha de S. Paulo* apresenta uma notícia (4%) que não corresponde ao elemento de “Tem”, indicativo da presença de antecedentes por se tratar de um evento futuro.

Como mostra o Gráfico 3, todos os jornais possuem dados de antecedência e de consequência. Os dados de antecedência aparecem em todos os textos dos jornais analisados, com índices altos. O menor índice de dados comprováveis de antecedentes foi da *Folha de S. Paulo*, com 76,2%. Índice inferior, inclusive, a jornais de âmbito regional como *A Tarde* e *O Liberal*. O maior índice de registro de consequências se deu nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Liberal*, praticamente empatados, com 90% dos textos apontando algum tipo de consequência.

Todas as notícias analisadas apresentaram dados comprováveis do fato em si, motivo pelo qual o valor percentual não foi incluído graficamente. Este comportamento da mídia é esperado quando se trata de um texto jornalístico uma vez que, entre as bases fundadoras da prática profissional, está a apuração de fatos comprováveis.

Já no Gráfico 5, vê-se que os dados comprováveis de antecedentes predominaram em todos os jornais, sendo o menor índice o da *Folha de S. Paulo*, com 76,2%. O *Estado de S. Paulo*, por sua vez, trouxe antecedentes comprováveis em 100% de seus textos. O resultado coincide com a prática jornalística de se basear essencialmente em acontecimentos passados, sobre os quais é possível apresentar tais dados.

Gráfico 4 – Presença de dados comprováveis de antecedência e de consequência



Fonte: autoras, 2019.

Conforme demonstrado, *O Liberal* apresenta um índice maior de textos com dados comprováveis de consequência. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que o jornal não apresenta profundidade em tais dados, o que pode ser demonstrado no trecho a seguir:

A comissão especial do *impeachment* do Senado aprovou ontem, por 15 votos a favor e 5 contra o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) favorável à continuidade do processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff. O texto será submetido agora à votação no plenário principal do Senado. (*O Liberal*, 7/05/2016).

Neste caso, a informação relativa ao andamento do processo demonstra que após a aprovação do *impeachment* na comissão especial do Senado o texto será, conseqüentemente, submetido à votação em plenário. A informação é passível de comprovação, entretanto, não funciona como elemento que amplie a compreensão sobre as conseqüências efetivas após as etapas de aprovação.

6 Considerações finais

Neste artigo, discutimos a multidimensionalidade intrínseca à qualidade do jornalismo e propomos analisar quatro elementos centrais ao tema durante a cobertura de seis jornais brasileiros sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. A análise foi realizada a partir da aplicação adaptada da metodologia VAP. A observação teve como foco verificar: a) influência das fontes sobre o que é noticiado; b) a falta de diversidade temática; c) o oficialismo e o anonimato das fontes; e d) a ausência de consequências temporais comprováveis sobre o pós-*impeachment*.

Como mostrado ao longo de nossas análises, a informação na maioria dos jornais originou-se de iniciativas da fonte (*Folha de S. Paulo*, 85,7%; *O Globo*, 75%; *Estado de S. Paulo*, 95,2%; e *Zero Hora*, 83,3%) ou de reprodução (*A Tarde*, 71,4%; e *O Liberal*, 70%); as notícias tiveram como centro temático o Congresso e o Governo/partidos; preferindo fontes oficiais públicas e governamentais, e não apontando as possíveis consequências do processo para os cidadãos.

Em relação a fontes, por exemplo, Santos e Guazina (2017), em seu estudo sobre fontes utilizadas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *A Tarde*, indicam que “o problema parece estar na dificuldade de agregação de valor ao conteúdo por meio da presença de fontes de aspectos e posições diferenciadas na sociedade” (p.634), pois os jornais não se configuram como um espaço de debate entre as fontes, e sim, um espaço de mera exposição de falas (ou jornalismo declaratório).

Além disso, os dados mostram a apresentação das pautas essencialmente pela ótica do Congresso e dos partidos políticos — 63,8% em média, centrados na perspectiva mais comum possível de cobertura, aquela originada por iniciativa das fontes em 66% dos casos, seguida de 24% de reprodução. Este resultado, somado ao uso excessivo de fontes oficiais públicas (34%) e governamentais (11,7%) converte-se em um alerta em relação à qualidade do jornalismo político praticado naquele período. A presença de fontes do Congresso se alinha com o papel que os partidos tiveram nas Casas Legislativas em todo o processo de articulação política do impedimento, mas não joga muitas luzes sobre o papel de movimentos sociais politicamente articulados no período.

A situação de dependência das fontes institucionais tradicionais da política é uma característica encontrada também nas análises dos jornais de diferentes países latino-americanos pelos autores do VAP. Este resultado alinha-se ao que outros autores encontraram a partir de metodologias diferentes, como é o caso do estudo de Ripollés e Rabadán (2013) em relação ao jornalismo espanhol. Nesse caso, indica uma característica não circunscrita ao momento específico de coberturas políticas de crises. Além disso, aponta para um cenário com possibilidades potencialmente menos plurais de cobertura, que parece não ter sido alterado mesmo com as novas possibilidades de participação trazidas pelo ambiente digital e as tendências de pluralização da comunicação (Alves & Albuquerque, 2019). Aliada a essa questão, há uma baixa utilização de fontes especializadas, que poderiam explicar os acontecimentos a partir de perspectivas não relatadas por aqueles diretamente envolvidos, como identificado preliminarmente em outro estudo de Santos e Guazina (2017).

Ademais, a dependência demonstra a necessidade de novas práticas profissionais nas quais os profissionais não se limitem a repetir ou transcrever em seus textos o que as fontes declaram, mas que possam inserir análises mais aprofundadas a fim de contextualizar estas declarações. Entretanto, longe de constituir meramente um texto opinativo, um *modus operandi* mais reflexivo poderia fornecer repertórios interpretativos mais adequados aos desafios éticos, morais e legais de contextos políticos tensionados pela polarização.

O conjunto de 121 notícias sobre o *impeachment*, em seis jornais do país, não conseguiu indicar os possíveis desdobramentos políticos futuros, isto é, as consequências significativas da remoção da presidente, à exceção de consequências diretas óbvias como: “se tirar Dilma, Temer assume”; “caso Temer assuma, o novo ministro será”.

Ainda que seja justificável um jornal não mostrar ou dar a conhecer os fatos complexos do *impeachment* em um único texto, a ausência de indicações sobre consequências contribui para despolitizar e retirar o caráter significativo do momento político. Nesse sentido, os resultados aqui discutidos complementam o processo de naturalização e o tratamento de fato ordinário dado ao acontecimento (Prudencio et al., 2017, 2018).

Não houve, nas capas ou nas notícias principais das editoriais, textos que tratassem de forma profunda e fundamentada

os riscos ou os benefícios de um *impeachment*, as diferenças ideológicas ou de projetos de governo entre a presidente e o vice. Assim, os resultados relativos aos dados comprováveis de consequência apontam que o jornalismo produzido pela maioria dos jornais analisados reforçou o *status quo* do período de que haveria uma troca de comando, e isso, por si só, configurava-se como algo positivo, de forma alinhada aos posicionamentos editoriais de muitos jornais. Transparece, nestes textos, a adoção estratégica de despolitização: “o que se tem são os fatos” – como se escolhas técnicas não configurassem efeitos políticos.

Importante ainda mencionar que alguns resultados apontam para aspectos que se repetem em diferentes contextos e análises, como o uso predominante de fontes oficiais. Neste caso, as coberturas poderiam, ao menos potencialmente, ter se dissociado de alinhamentos políticos expressos nos editoriais, explorando maior diversidade e pluralidade de pontos de vista. O que vimos, no entanto, em grande parte reforça o que a literatura atual demonstrou sobre o papel da imprensa tradicional comercial no *impeachment* de 2016.

Outros estudos, com a aplicação de todos os critérios concebidos no método VAP, podem ajudar a ter um panorama mais completo da cobertura daquele período do ponto de vista da qualidade do jornalismo. Nossas análises, no entanto, apontam que a produção noticiosa dos jornais analisados foi, em geral, insuficiente nos critérios de qualidade observados, o que coloca em xeque a contribuição desses jornais à democracia no momento do processo político mais significativo da história recente do país.

NOTAS

- 1 Levantamento da FSB Pesquisas, em 2016, com 230 deputados federais, de 26 partidos. Disponível em: <<http://www.fsb.com.br/noticia/fsb-lanca-nona-edicao-do-midia-e-politica-2016>>. Acesso em 15 dez. 2017.
- 2 No Centro-Oeste não conseguimos acesso às edições do jornal *Correio Braziliense* em tempo para a pesquisa.
- 3 Aqui entendida como notícias sem evidências factuais,

deliberadamente enganosas, parcialmente verdadeiras ou com conteúdo criado para confundir e manipular as percepções do público (Yap et al., 2018), quanto sátiras, conteúdos impostores, conexões ou contextos falsos, ou conteúdos manipulados (Wardle & Derakhshan, 2017), utilizados para fins de propaganda, ganhos comerciais ou para influenciar processos políticos e eleitorais (Higgins, 2017). Um levantamento em relação ao uso de desinformação nas eleições de 2018 pode ser encontrado em Ferreira (2019).

- 4 Cf. <https://fenaj.org.br/ataques-a-imprensa-explodem-com-bolsonaro/>.

REFERÊNCIAS

Lattman-Weltman, F (2003). Mídia e transição democrática: a (des) institucionalização do pan-óptico no Brasil. In A. Abreu, F. Lattman-Weltman, & M. Korní (Orgs.). *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*, p. 129-183. FGV Editora.

Albuquerque, A. (2017). Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. *Journalism*, 20(7), 906–923. DOI: 10.1177/1464884917738376

Alves, M. (2019). *Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018* [tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Research Gate. Recuperado de www.researchgate.net/publication/338544845_Desarranjo_da_visibilidade_desordem_informacional_e_polarizacao_no_Brasil_entre_2013_e_2018

Alves, M., Albuquerque, A. (2019). Perda da hegemonia da imprensa: a disputa pela visibilidade na eleição de 2018. *Lumina*, 13(3), 5–28. DOI: 10.34019/1981-4070.2019.v13.28668

Barnett, S., & Gaber, I. (2001). *Westminster Tales: The 21st Century Crisis in British Political Journalism*. London: Continuum.

Bennett, W. L. (2012). *News: The politics of illusion* (9ª ed.). University of Washington.

Bogart, L. (1977). *How the Public Gets Its News: An Address*. Newspaper Advertising Bureau.

Chagas-Bastos, F. (2019). Political Realignment in Brazil: Jair Bolsonaro and the Right Turn. *Revista de Estudos Sociais*, n.69, 92–100. DOI: 10.7440/res69.2019.08

Fausto Neto, A (2019). O impeachment segundo as lógicas de fabricação do acontecimento. In L. Guazina, H. Prior, & B. Araújo (Orgs.), *Desconstruindo uma queda: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff* (pp. 17 – 45). Florianópolis: Insular.

Ferreira, R. (2019). *Desinformação em processos eleitorais: um estudo de caso da eleição brasileira de 2018* [dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Research Gate. Recuperado de www.researchgate.net/publication/338389879_Desinformacao_em_processos_eleitorais_um_estudo_de_caso_da_eleicao_brasileira_de_2018

Gómez-Mompart, J.L., Gutierrez-Lozano, J.F., & Palau-Sampio, D. (2013). *La calidad periodística. Teorías, investigaciones y sugerencias profesionales*. Barcelona: UPF. DOI: 10.7203/puv-alg26-9164-8

Gómez-Mompart, J.L., Gutierrez-Lozano, J.F., & Palau-Sampio, D. (2015). Los periodistas españoles y la pérdida de la calidad de la información: el juicio profesional [Spanish Journalists and the Loss of News Quality: Professional Judgements]. *Comunicar*, 45(23), 143-150. DOI: 10.3916/C45-2015-15

Gordillo, M., Valencia, O. & Cruz, I.R. (2013). El Valor Agregado Periodístico, herramienta para el periodismo de calidad. In J. L. Gómez-Mompart, J. F. Gutierrez-Lozano, & D. Palau-Sampio (Orgs.), *La calidad periodística. Teorías, investigaciones y sugerencias profesionales* (pp.39-52). Barcelona: UPF. DOI: 10.7203/puv-alg26-9164-8

Guazina, L., Prior, H., & Araújo, B. (2018). Framing of a Brazilian crisis: Dilma Rousseff's impeachment in national and international editorials. *Journalism Practice*, 13(5), 620-637. DOI: 10.1080/17512786.2018.1541422

Guerra, J. (2010). Sistema de Gestão de Qualidade aplicado ao Jornalismo: possibilidades e diretrizes. Brasília. *E-Compos*, 13(3), 1-16. DOI: 10.30962/ec.470

Higgins, E. [@EliotHiggins]. (2017, 18 de janeiro). *The four Ps that drives fake news* [Tweet]. Twitter. Recuperado de twitter.com/eliothiggins/status/821750465306169351

Kucinski, B., & Lima, V. A. (2009). *Diálogos da perplexidade: reflexões críticas sobre a mídia*. Editora Fundação Perseu Abramo.

Khun, R., & Nielsen, R. K. (2014). *Political Journalism in Transition: Western Europe in a Comparative Perspective*. Oxford, I.b.tauris & Co.

Lacy, S., & Rosenstiel, T. (2015). *Defining and Measuring Quality Journalism*. Rutgers: School of Communication and Information. Recuperado de <http://mpii.rutgers.edu/wp-content/uploads/sites/129/2015/04/Defining-and-Measuring-Quality-Journalism.pdf>

Marques, F., Mont'alverne, C., & Mitozo, I., (2018). A empresa jornalística como ator político: um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais da Folha e do Estadão. *Observatório*, 12(3), 224–245. DOI: 10.15847/obsOBS12320181166

Massuchin, M., Tavares, C., & Borges, R. (2019). Jornalismo nas redes sociais: os diferentes perfis de conteúdo jornalístico no Facebook dos jornais impressos brasileiros. *Brazilian Journalism Research*, 15(1), 180–205. DOI: 10.25200/BJR.v15n1.2019.1106

Mazzoleni, G., & Bracciale, R. (2018). Socially mediated populism: the communicative strategies of political leaders on Facebook. *Palgrave Communications*, 4(50), 1–10. DOI: 10.1057/s41599-018-0104-x

Mazzoleni, G. (1998). *La comunicazione politica*. Ed. Mulino.

McNair, B. (2009). Journalism and democracy. In K. Wahl-Jorgensen, T. Hanitzsch (Orgs.), *The handbook of journalism studies* (pp.347–349). Routledge.

McQuail, D. (2012). *Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público*. Penso Editora.

Merrill, J. C. (1968). Global Patterns of Elite Daily Journalism. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 45(1), 99–105. DOI: 10.1177/107769906804500114

Negrine, R., & Stanyer, J. (2007). *The political communication reader*. New York: Routledge.

Pellegrini, S., Mujica, M., Grassau, D., Puente, M., & Porath, W. (2011). *Valor Agregado Periodístico: la apuesta por la calidad de las noticias*. Santiago, Chile: Ediciones Universidad Católica.

Pellegrini, S., Mujica, M. C. (2006). *Valor Agregado Periodístico (VAP): la calidad periodística como factor productivo en un entorno medial complejo*. *Palabra Clave*, 9(1), 11–28.

Prudencio, K., Rizzotto, C., & Sampaio, R. (2018). A normalização do golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do impeachment de Dilma Rousseff. *Contracampo*, 37(02), 08–36. DOI: 10.22409/contracampo.v0i0.1137

Puente, S., Pellegrini, S., Alessandri, F., Porath, W., & Mujica, C. (2004). “Instrumento de evaluarla calidad periodística: El VAP compara a La prensa y televisión de Hispanoamérica”. *Cuadernos de Información*, n. 16–17. DOI: 10.7764/cdi.16.167

Ripollés, A. C., & Rabadán, P.L. (2013). La gestión de fuentes informativas como criterio de calidad profesional. In J.L. Gómez-Mompart, J.F. Gutierrez-Lozano, & D. Palau-Sampio (Orgs.), *La calidad*

periodística. Teorías, investigaciones y sugerencias profesionales (pp.73–89). Barcelona: UPF. DOI: 10.7203/puv-alg26-9164-8

Rizzotto, C., Prudencio, K., & Sampaio, R. (2017). Tudo normal: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Comunicação e Sociedade*, 39(3), 111– 130. Recuperado de www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/7843/6103

Santos, E. (2019). Qualidade no jornalismo político brasileiro: a cobertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff. [tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório da UNB. Brasília, Brasil.

Santos, E., & Guazina, L. (2017). O uso das fontes nas notícias sobre o processo de impeachment: uma análise da cobertura realizada pelos jornais Folha de S.Paulo e A Tarde (BA). *Revista Observatório*, 3(6), 612–635. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p612

Santos, F., & Guarnieri, F. (2016). From protest to parliamentary coup: An overview of Brazil's recent history. *Journal of Latin American Cultural Studies*, 25(4), 485–494. DOI: 10.1080/13569325.2016.1230940

Santos, W.G. (2017). *A democracia impedida. O Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Shapiro, Ivo; Alabanese, Patrícia; Doyle, Leigh (2006). What Makes Journalism “Excellent”? *Criteria Identified by Judges in Two Leading Awards Programs*. *Canadian Journal of Communication*, vol 31, p. 425-445. DOI: 10.22230/cjc.2006v31n2a1743

Soares, M. (2006). Democracia, legitimidade e legalidade nos enquadramentos jornalísticos da campanha presidencial de 2006. In J. Goulart (Org.), *Mídia e democracia* (pp. 79–92). Annablume.

Van Dijk, T. (2017). How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. *Discourse & Communication*, 11(2), 199–229. DOI: 10.1177/1750481317691838

Vehkoo, J. (2010). What is quality journalism and how it can be saved. *Reuters Institute for the Study of Journalism*. Recuperado de <http://links.uv.es/lvkCt2Q>.

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe.

Yap, A., Snyder, L. G., & Drye, S. (2018). The Information War in the Digital Society: A Conceptual Framework for a Comprehensive Solution to Fake News. *Academy of Social Science Journal*, 3(7), 1214–1221. Recuperado de <http://innovativejournal.in/index.php/assj/article/view/2202/1829>

ÉBIDA SANTOS. Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB) com período sanduíche na Brunel University, em Londres. Jornalista formada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Integra o Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP/UnB), também o Centro de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Política (CTPOL/UnB) e o grupo de pesquisa internacional Observatório do Populismo do Século XXI. E-mail: ebidasantos@gmail.com

LIZIANE SOARES GUAZINA. Doutora em Comunicação, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. *Visiting Scholar* na Università Degli Studi di Milano (2019-2020). Líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Mídia e Política e membro do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (NEMP/UnB) e do grupo de pesquisa internacional Observatório do Populismo do Século XXI. E-mail: lguazina@unb.br

TRADUÇÃO: LEE SHARP